

Saúde mental de professores: investigação sobre ferramentas de auxílio para prevenção de afastamento de docentes.

GIORDANA DE JESUS CASTRO¹; FRANCIELE FERNANDES DE AVILA²;
EDUARDO MARKS DE MARQUES³

¹Universidade federal de Pelotas – castrogiord@gmail.com

²Universidade federal de Pelotas – franavilaufpel@gmail.com

³Universidade federal de Pelotas – eduardo.marks@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Dados do Relatório Mundial de Saúde Mental, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), informam que 15% da força laboral experienciou problemas relacionados à saúde mental. Somando esse fator global com o alto nível de estresse encontrado por profissionais docentes, uma pesquisa feita com professores da rede estadual do Paraná revela que cerca de 44% dos entrevistados apresentam sintomas de depressão e mais de 70% apresentam sintomas de ansiedade.

Além disso, ao analisar a lei vigente sobre a educação nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que decreta “a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.” E, ao destacar as competências gerais da educação básica, o documento cita como um dos parâmetros “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.”

Com essa pesquisa buscamos analisar as ferramentas disponibilizadas pelos órgãos públicos para garantir aos professores auxílio em questões relacionadas à saúde mental, dado o destaque que o tema recebe na Base e a evidência de números alarmantes de transtornos enfrentados por esses profissionais.

2. METODOLOGIA

A coleta de dados foi feita em duas etapas, com foco em visitar a sede da secretaria da educação e as escolas para analisar a eficiência dos projetos.

Primeiramente, foi feita uma visita até a sede da secretária de educação responsável pela região, a 5º CRE, onde foram questionados os projetos e ferramentas disponibilizados para os docentes que atendem a rede. No entanto, logo ao chegar no local foi possível perceber o descaso com o tema, apresentei-me como estudante da universidade federal realizando uma pesquisa sobre saúde mental, o que causou estranhamento por conta dos funcionários. Não havia nenhum responsável pela área de bem-estar mental e, foi-me relatado que ali apenas carimbavam, quando necessário, os atestados de afastamento dos professores.

As perguntas feitas à Seduc foram: “Quais são as principais ações desenvolvidas por este órgão(SEDUC) para promover a saúde mental dos professores da rede?”; “Existe algum programa específico para lidar com a saúde

dos professores?"; "De que forma a instituição monitora o impacto do ambiente escolar sobre a saúde mental dos professores?"; "Em casos de afastamento por motivo de saúde mental, quais as políticas de acompanhamento ou reintegração desses profissionais ao trabalho?".

Logo após, foi feita uma visita a escolas para fazer uma breve entrevista semi-estruturada com a coordenação, para compreender se havia respaldo dos recursos citados. O que novamente demonstrou a necessidade de projetos e novas formas de auxiliar na saúde mental dos docentes, pois ao responder nossas perguntas, os diretores e coordenadores destacaram a falta de apoio por meio de todos os órgãos.

As perguntas feitas aos coordenadores foram: "Há um recurso específico para necessidades relacionadas à saúde mental dos professores da rede pública de ensino?"; "Quando acionado, o único órgão disponível para lidar com esse tipo de situação (CIPAVE), é ativo e de fato funciona?"; "Quantos profissionais especializados em lidar com esse tipo de demanda estão à disposição dos demais professores e profissionais da área da educação atualmente?"

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi constatado que não há uma política de ação efetiva criada especificamente para amparar a saúde mental dos professores na rede estadual de ensino. Não existem programas de acolhimento para prevenir afastamentos, nem para lidar com professores em crise e, muito menos, para trabalhar com a reinserção deles nas salas de aula após o afastamento.

Ao visitar a SEDUC, foi relatado que além de não possuir nenhum programa para auxiliar os docentes, nem mesmo os funcionários internos da secretária têm acesso a amparo com o único programa disponível para todos os funcionários estaduais.

Ao visitar as escolas, os diretores e coordenadores pedagógicos destacaram a total ausência de recursos e apoio em relação ao tema.

A única ferramenta existente é a CIPAVE (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar), é um programa e uma comissão interna ampla que visa prevenir acidentes e violência nas escolas. No entanto, não foca em saúde mental e nem em professores, lida com casos de violência, o que foge do escopo para lidar com as especificidades dos professores.

Ademais, foi-nos informado que havia apenas uma psicóloga a disposição para lidar com todo e qualquer cidadão que exerça qualquer função pública no município. Não há suporte presente de psicólogos especializados na rede para lidar com esses professores em casos específicos.

O resultado dessa investigação causou espanto, não só com a ausência de recursos que chegam aos professores, mas a ausência de preparo para lidar com o tema. Caso viesse a ocorrer a visita de um professor em crise na SEDUC, nada ali é preparado para lidar com as demandas dele. O ambiente não é acolhedor e não há um local específico para lidar com o bem-estar mental.

Considerando a importância levantada pela Base, que destaca a obrigação dos professores de tratar deste tópico, é inaceitável o descaso com a saúde mental dos mesmos profissionais. As taxas de afastamento estão cada vez maiores e isso traz uma demanda por ações efetivas e eficientes para o problema.

4. CONCLUSÕES

Em conclusão, foi perceptível o descaso do estado com os professores e com a saúde mental daqueles que compõem as redes de ensino. Mesmo muitas vezes tendo que amparar os alunos em momentos de estresse ou outros sintomas relacionados a transtornos psicológicos, nada é feito por eles.

Não existem ferramentas para prevenir, tratar ou proporcionar o retorno para os docentes que já foram afastados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

TOSTES, M. V.; ALBUQUERQUE, G. S.; SILVA, M. S.; PETTERLE, R. R. Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World mental health report: transforming mental health for all*. World Health Organization, Genévea, 2022. Acessado em: 15 ago. 2025. Online Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>.